

A LEITURA NO AMBIENTE PRISIONAL

READING IN THE PRISON ENVIRONMENT

Maria de Lourdes Custódio de Faria <sup>1</sup>  
Valdeci Batista de Melo Oliveira <sup>2</sup>

**RESUMO:** Este artigo tem como objetivo apresentar o *Projeto Remissão Da Pena Por Estudo Através Da Leitura* desenvolvido nas penitenciárias do Estado do Paraná. Para este artigo fez-se um recorte do projeto na penitenciária específica onde a pesquisadora leciona. Esse projeto de incentivo à leitura iniciou-se em 2012, permanecendo até os dias atuais. Propõe-se uma reflexão quanto à necessidade da educação dentro do ambiente prisional, ressaltando-a como um direito pleno do ser humano, especialmente os privados de liberdade. Esse projeto tem relevante importância para os detentos, pois muito além da remissão da pena, ele estimula a criação do hábito da leitura dentro das unidades penais de todo o estado do Paraná, com vistas à reconstrução da identidade pessoal do preso, capaz de ajudá-lo no resgate da sua autoestima. Com a leitura, o preso dá sentido aos seus momentos ociosos, desenvolve sua capacidade leitora, aprimora sua escrita, amplia seu universo linguístico, imagético e vocabular, ou seja, descobre e atua na produção de condições de possibilidades de ver e pensar sua própria identidade, construindo novos conceitos, adquirindo outros perceptos pelo viés da literatura, cujo caráter emancipador é apresentado e discutido por diversos teóricos. Para sustentar os argumentos postos, recorremos a autores como: Paulo Freire (1983), Afrânio Coutinho (1978), Antonio Candido (1972, 1995), Cristina Costa (1997), Magda Soares (1989), entre outros. Nesse artigo apresentamos quem são os sujeitos privados de liberdade, seu nível de escolarização e apontamos algumas questões encontradas no desenvolvimento do projeto.

**PALAVRAS-CHAVE:** remissão da pena; educação; literatura; ambiente prisional.

**ABSTRACT:** this scientific paper aims to present the project of remission of sentence via education through reading, conducted in a Parana State penitentiaries. for this scientific paper made a cut of the project in a particular prison, where the researcher works. this project encourages of reading began in 2012, staying to the present day . in this paper, a reflection on the necessity of education within the prison environment is discussed, emphasizing it as a human right, especially for those deprived of freedom. such project has great importance for the inmates, beyond remission of sentence, it encourages the habit of literary reading within the criminal units in the entire state of Paraná, in addition, aiming to rebuilding their personal identities, which also enables them to rebuild their self-esteem. through reading, prisoners give meaning to their idle moments, develop their reading skills, improve their writing abilities, expand their linguistic possibilities, their imagery and vocabulary, i.e., they discover and act in creating possible conditions of seeing and thinking their own identity, building new concepts, acquiring new perceptos through literature, whose emancipatory characteristic is presented and discussed by various theorists. to support the

<sup>1</sup> Professora da Rede Pública Estadual de Ensino, Graduada em Letras, Mestranda em Letras – Mestrado Profissional – PROFLETRAS, UNIOESTE – Cascavel – Paraná. E-mail: mcustodiodefaria@gmail.com.

<sup>2</sup> Graduada em Letras, Mestrado em História e Teoria Literária, Doutorado em Letras (Literatura Portuguesa), UNIOESTE – Cascavel – Paraná. E-mail: valzinha.mello@hotmail.com

arguments laid out, we turn to authors such as Freire (1983), Coutinho (1978), Candido (1972, 1995), Costa (1997), Soares (1989), among others. In this paper, the inmates who participate on the project are presented, as well as their level of education, some problems encountered in developing the project are pointed out and possible suggestions are indicated.

**KEYWORDS:** remission of sentence; education; literature; prison environment.

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Dentre as condições de possibilidades de que dispõe o sistema prisional no Brasil está a política pública federal, já regulamentada e implementada no estado do Paraná, que visa assegurar ao apenado o direito e o alcance à educação básica. Acrescentando a esse direito, temos o direito de remição da pena pela efetiva e comprovada atividade de leitura.

Esse artigo objetiva discutir a respeito desse **tema**, apresentando o *PROJETO DE REMIÇÃO DA PENA POR ESTUDO ATRAVÉS DA LEITURA*, Lei nº 17.329, publicada em Diário Oficial em 08/10/12, respaldada na Lei Federal nº 12.433 publicada em 30 de junho de 2011. **O projeto é aplicado mensalmente por uma professora designada para essa função** em uma penitenciária do Estado do Paraná. Quando aplicado nas prisões, esse projeto procura oportunizar ao detento atividades de leituras e o aprimoramento da fala, da escrita e da capacidade de reflexão. Os detentos inermes na ociosidade podem lançar mão da prática da leitura como um recurso que contribui para diminuir a sua pena e lhe lançar como agente da sua própria formação humana e profissional. Após o término da leitura e a produção de uma resenha/resumo, é assegurado ao participante à redução de quatro dias da sua pena.

Para refletir sobre a remição da pena através da leitura, buscamos nos pautar nas reflexões teóricas de autores, tais como: Freire (1983), Coutinho (1978), Candido (1972, 1995), Costa (1997), Soares (1989), entre outros. Para tanto, este texto encontra-se assim organizado: na primeira parte, discutimos a formação decorrente da leitura e apresentamos detalhadamente a aplicação do projeto em uma penitenciária específica do Estado do Paraná; na sequência, organizamos o perfil dos apenados que fazem parte do projeto. Por fim apresentamos os depoimentos de alguns dos participantes, seguindo-se as considerações finais.

## 1 REMIÇÃO DA PENA POR ESTUDO ATRAVÉS DA LEITURA

O projeto de remição da pena pela leitura está amparado na Lei de Execução Penal nº 7.210 de 1984, em seus artigos 17 e 18, que ressaltam que a assistência educacional “compreenderá instrução escolar, a formação do preso e do internado e também que o ensino de 1º grau será obrigatório, integrando-se no sistema escolar da Unidade Federativa” (BRASIL, 1984, p. 23).

Apesar do que determina a lei, a oportunidade de ser matriculado e manter-se em sala de aula no contexto prisional muitas vezes não se efetiva na realidade do dia a dia na prisão. Vários fatores contribuem para isso: trabalho *versus* escola, baixa escolaridade, desinteresse, periculosidade (presos que devem manter-se afastados da convivência coletiva, por pertencimento a grupos ou outras razões), conflitos entre presos e alguns que, por questões de disciplina e de segurança, são confinados em isolamento e não podem frequentar as salas de aulas dentro dos presídios.

Como é sabido, o processo educativo é imprescindível para o desenvolvimento da pessoa humana e um dos direitos básicos garantidos pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que prevê, ainda, outros direitos, como a erradicação da pobreza, da marginalização e a redução das desigualdades sociais. Sabemos que a sociedade brasileira é marcada pela desigualdade social, composta em sua maioria pela pobreza, pelos excluídos do poder social – e é sobre esses que os aparelhos repressores, assim como os mecanismos de vigilância e punição, se intensificam.

A respeito disso, Costa (1997) constata que:

[...] inúmeros crimes não são denunciados, que as estatísticas apenas expõem aquela população que, tida de início como suspeita, é sistematicamente controlada. Existe, portanto, em relação aos dados, uma distorção provocada pela ‘suspeita sistemática’, como a definiu o cientista social brasileiro Paulo Sérgio Pinheiro. Segundo essa ótica, é contra a população pobre, estigmatizada, que se conduz a prática policial, a investigação e as formas de punição. Conclui o autor que a prática policial preconceituosa, somada à desproteção das classes subalternas, torna a relação entre pobreza e criminalidade uma profecia auto cumprida. (COSTA, 1997, p. 263).

A população carcerária brasileira, historicamente, sempre foi composta por pessoas afastadas dos elementares direitos sociais. Apesar da evolução, a legislação ainda não é cumprida no que se refere ao tratamento igual a todas as pessoas. O número de encarcerados é muito maior do que o próprio sistema pode dar conta.

A população carcerária brasileira na atualidade conta com 711.463 presos. Destes, 147.937 cumprem pena de privação de liberdade em prisão domiciliar, tendo ainda um déficit de 206 mil vagas (CNJ, 2014). Para fazer frente ao contingente elevado de presos, o projeto da Remição da Pena por Estudo através da Leitura oferece aos apenados já alfabetizados a remição da pena por

meio da leitura, além da aquisição de conhecimento e de outros discursos, ideias, valores, crenças, experiências e ampliação do léxico e do imaginário.

O projeto institui que para cada livro lido e resenhado/resumido será concedido ao apenado quarenta e oito horas de remição<sup>3</sup> ou seja, quatro dias reduzidos em sua pena. Esse projeto não apenas diminui o tempo de encarceramento, como objetiva “oportunizar aos presos custodiados alfabetizados o direito ao conhecimento, à educação, à cultura e ao desenvolvimento da capacidade crítica, por meio da leitura” (PARANÁ, 2012, p.1).

Segundo a Coordenadora do Projeto Remição da Pena pelo Estudo através da Leitura no Estado do Paraná, Agda Cristina Ultchak,

O Projeto Remição da Pena por Estudo através da Leitura constitui-se na disseminação da leitura nos espaços prisionais podendo proporcionar o resgate da autoestima, trocando momentos ociosos por leitura/estudo. Pretende-se ampliar a capacidade leitora, oportunizando ao que lê a mudança de opinião, construção de pensamentos que vislumbrem melhor convivência na sociedade, bem como formar leitores melhor preparados para concluir a escolarização básica, e ingressar no ensino superior e inserção no mercado de trabalho (DEPEN, 2015).

Dentro dos ambientes prisionais, essa possibilidade é muito importante, uma vez que funciona como instrumento de incentivo aos apenados, que passam a buscar novos conhecimentos na leitura.

Se a leitura escolhida for de um texto literário que responda a inquietações desse leitor, ele pode tomar gosto e desenvolver o hábito de ler e aprender a cuidar de si e do seu entorno, incluindo do outro. Nas palavras de Candido: “ela (a literatura) não corrompe, nem edifica, portanto; mas, trazendo livremente em si o que chamamos o bem e o que chamamos o mal, humaniza em sentido profundo, porque faz viver” (CANDIDO, 1995, p. 244).

As obras literárias escolhidas pelos alunos são múltiplas, como são múltiplas as suas interpretações. O leitor sempre interage com o texto, lendo-o sob sua ótica, valores, experiências e expectativas.

A respeito da literatura, Candido (1995) ressalta que:

---

<sup>3</sup> “Remição”, como forma de pagamento da pena privativa de liberdade (remição, com “ç”, significa pagamento; e não perdão: perdão é sinônimo de remissão com “ss”), está diretamente relacionada com a execução da pena, portanto, adstrita ao objeto do Direito Penitenciário. A remição prevista no artigo 126 da Lei de Execuções Penais, afirma que para cada três dias trabalhados, o recluso terá descontado um dia da pena. A jurisprudência atual concede a remição também pelo estudo.

Disponível em: [http://www.seguranca.pr.gov.br/arquivos/File/admin\\_penitenciaria/parecerleitura.pdf](http://www.seguranca.pr.gov.br/arquivos/File/admin_penitenciaria/parecerleitura.pdf). Acesso em: 29 de julho 2015.

Entendo aqui por humanização (já que tenho falado tanto nela) o processo que confirma no homem aqueles traços que reputamos essenciais, como o exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa disposição para com o próximo, o afinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida, o senso da beleza, a percepção da complexidade do mundo e dos seres, o cultivo do humor. A literatura desenvolve em nós a quota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade, o semelhante. (CANDIDO, 1995, p. 249).

Por meio dessa reflexão, podemos compreender que a leitura da literatura inspira e instiga em nós a sensibilidade para com o outro. Enquanto que no corrente da vida, muitas vezes, nos aprisionamos em nossos sentimentos e em nossas dores, e olhamos mecanicamente ao mundo a nossa volta e ao outro, a Literatura pode proporcionar uma oportunidade para nos tirar de nosso próprio egocentrismo “ensimesmado” e nos fazer vivenciar outras realidades de mundo. Dessa forma, nos enriquece e nos completa.

Seguindo essa linha de pensamento, Cosson (2012) assevera que:

[...] a leitura literária tem a função de nos ajudar a ler melhor, não apenas porque possibilita a criação do hábito de leitura ou porque seja prazerosa, mas sim, e sobretudo, porque nos fornece, como nenhum outro tipo de leitura faz, os instrumentos necessários para conhecer e articular com proficiência o mundo feito de linguagem (COSSON, 2012, p.29).

Portanto, por meio da leitura e do conhecimento de obras literárias, os envolvidos podem desenvolver maior sensibilidade e um olhar mais apurado a sua volta, promovendo modificações positivas nos espaços onde haja essa prática.

O ambiente educacional que inclui a leitura do texto literário possibilita a sensibilização do indivíduo e o desenvolvimento contínuo de uma visão crítica. Para Llosa (2009), o mundo sem literatura seria “incivilizado, bárbaro, órfão de sensibilidade e pobre de palavra, ignorante e grave, alheio à paixão e ao erotismo, o mundo sem romances [...] teria como traço principal o conformismo, a submissão dos seres humanos ao estabelecido.” (LLOSA, 2009, p. 69).

Nesse viés, Candido (1995) defende sua ideia de que:

[...] a literatura aparece claramente como manifestação universal de todos os homens em todos os tempos. Não há povo e não há homem que possam viver sem ela, isto é, sem a possibilidade de entrar em contato com alguma espécie de fabulação. Assim como todos sonham todas as noites, ninguém é capaz de passar as vinte e quatro horas do dia sem alguns momentos de entrega ao universo fabuloso. O sonho assegura durante o sono a presença indispensável desse universo, independentemente da nossa vontade. E durante a vigília a criação ficcional ou poética, que é a mola da literatura em todos os seus níveis e modalidades, está presente em cada um de nós, analfabeto ou erudito – como anedota, causo, história em quadrinho, noticiário policial, canção popular, moda

de viola, samba carnavalesco. Ela se manifesta desde o devaneio amoroso ou econômico no ônibus até a atenção fixada na novela de televisão ou na leitura corrida de um romance (CANDIDO, 1995, p. 174-175).

Ainda para esse mesmo autor, “negar a fruição da literatura é mutilar nossa humanidade” (CANDIDO, 2004, p.186). Além disso, a literatura nos possibilita não apenas uma visão mais ampla, mas visões múltiplas do mundo.

Segundo as *Diretrizes Curriculares da Educação Básica de Língua Portuguesa* (2008), “a literatura, como produção humana, está intrinsecamente ligada à vida social”.

Coutinho (1978) assevera, sobre a literatura, que:

[...] como toda arte, é uma transfiguração do real, é a realidade recriada através do espírito do artista e retransmitida através da língua para as formas, que são os gêneros, e com os quais ela toma corpo e nova realidade. Passa, então, a viver outra vida, autônoma, independente do autor e da experiência de realidade de onde proveio. (COUTINHO, 1978, p. 9-10).

Para o autor, a literatura aguça a imaginação e a criatividade do homem. Outra característica da leitura literária é tornar possível que seu leitor recrie e redescubra novas realidades, a partir do que lê, podendo, então, transformar-se e transformar a sua realidade pessoal e social.

A respeito da literatura, Emilio Lledó (1994) relata que:

A criação de uma linguagem interior da qual emerge a literatura, a consolidação de uma estrutura mental, o cultivo do pensamento abstrato que é, essencialmente, linguagem, a luta por recriar continuamente em relação aos princípios de verdade, justiça, liberdade, beleza, generosidade, tudo isso marca o caminho do progresso e da convivência. E isto é, por sua vez, cultivo e cultura das palavras, revisão do imenso legado escrito, que não é outra coisa senão pensar com o já pensado, desejar com o já desejado; definitivamente, sonhar os sonhos das palavras, que dormem no legado da tradição escrita, da tradição real e que ao sonhar com elas as despertamos e, ao mesmo tempo em que as despertamos, despertamos com elas a nós mesmos. (LLEDÓ, 1994, p. 11).

Como podemos perceber também através da fala do estudioso da área da filosofia, a literatura exerce função essencial na construção social do indivíduo e da coletividade.

No ambiente da prisão, a leitura merece atenção especial, porque os jovens e adultos, muitas vezes são forçados a tornarem-se leitores por não terem nada que antes lhes seria mais atrativo a fazer. Nesse sentido, a leitura pode auxiliar o indivíduo a adquirir novos hábitos, novos gostos e pode ajudá-lo a desenvolver sua própria autonomia social, incentivando-o a refletir sobre si e sobre o mundo, além de ampliar seus conhecimentos. Ou seja, o que outrora pode ter sido uma atividade

enfadonha e obrigatória, é ressignificada, tornando-se fonte de prazer, distração, conhecimento e que ainda oferece a oportunidade da remição.

A remição da pena é uma forma de compensação, na qual o beneficiário é aquele que se dedica ao trabalho e/ou ao estudo. Segundo Mirabete (1984),

Trata-se de um meio de abreviar ou extinguir parte da pena. Oferece-se ao preso um estímulo para corrigir-se, abreviando o tempo de cumprimento da sanção para que possa passar ao regime de liberdade condicional ou à liberdade definitiva. Pois reeduca o delinquente, prepara-o para sua reincorporação à sociedade, proporciona-lhe meios para reabilitar-se diante de si mesmo e da sociedade, disciplina sua vontade, favorece a sua família e sobretudo abrevia a condenação, condicionando esta ao próprio esforço do penado. (MIRABETE, 1984, p. 425-426).

Na unidade pesquisada, além do Projeto da Remição da Pena por Estudo através da Leitura, os detentos também podem obter o benefício da remição por meio do estudo formal, pois o estabelecimento penal conta com um CEEBJA (Centro de Educação Básica para Jovens e Adultos) que funciona no seu interior, com as seguintes modalidades: Fase I, Fase II e Ensino Médio. Há também Cursos Profissionalizantes ministrados nessa penitenciária sob a responsabilidade da pedagogia da unidade. Além disso, a unidade possui também empresas conveniadas que funcionam no seu interior, assim como trabalho externo no setor público. Todos os apenados inseridos nesses programas recebem remição da pena pelo trabalho e por participarem do Projeto de Leitura.

É importante ressaltar que a remição é um estímulo positivo, de valorização e oportunidade, que o apenado conquista com seu esforço próprio.

As etapas do projeto são desenvolvidas a cada trinta dias na unidade penal citada com presos que já concluíram o Ensino Médio, Pós-Médio, Superior e/ou Pós-Graduação no setor interno. Porém, o projeto também é desenvolvido com os detentos que ainda não concluíram a Fase II, mas que trabalham no setor externo da unidade penal e que não têm remição pela educação.

No início do mês, a professora de Língua Portuguesa, responsável pelo projeto, separa os livros, com o auxílio dos bibliotecários, presos que trabalham na biblioteca, para que sejam escolhidos pelos participantes. Após o período da leitura dos livros, geralmente cerca de vinte dias, os alunos são convocados para realizarem a primeira versão da atividade escrita a partir da leitura, constituída de um resumo ou resenha. Esta é recolhida e analisada pela professora, conforme orientação recebida pela Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária (SESP). Nos textos são considerados os seguintes critérios de avaliação: domínio da norma padrão (ortografia, acentuação gráfica, concordância nominal/verbal, regência nominal/verbal, pontuação); estética (cumprimento do tamanho do texto especificado, em geral de no mínimo 30

e no máximo 60 linhas, legibilidade da letra, paragrafação e disposição espacial do texto); estrutura lógica e qualidade do texto (sequência lógica da narrativa, resumo/resenha condizente com a obra lida, considerações do apenado sobre a mensagem da obra, limitação ao conteúdo do livro e coerência).

Após a primeira correção, a professora convoca novamente os alunos/presos para escreverem a segunda versão e, posteriormente, a versão final. Enfatiza-se neste caso que todas as versões são produzidas na presença da professora<sup>4</sup> que foi designada para essa função. Para avaliação das resenhas/resumos é utilizada a nota 0,0 (zero) a 10,0 (dez), sendo considerada aprovada a resenha ou o resumo de leitura que atingir a nota igual ou superior a 6,0 (seis), de acordo com sistema de avaliação adotado pela Secretaria de Estado da Educação do Estado do Paraná. Para os participantes do Ensino Fundamental é exigido um resumo; para os que possuem escolaridade mais avançada, uma resenha.

Para o desenvolvimento do projeto, os livros utilizados são os clássicos das literaturas brasileira e mundial, romances contemporâneos, história, filosofia, sociologia, literatura infanto-juvenil, livros na área de saúde, dentre outros livros indicados.

Decorrido todo o processo, os dados são digitados no SPR (Sistema de Informações Penitenciárias do Paraná) que, atualmente, pode ser acessado diretamente pelo juiz e a partir dele emitido o atestado que comprova a participação dos presos em todo processo.

No entanto, para que ocorra a conclusão de todo o trabalho, alguns desafios precisam ser superados, como: o tempo de duração mensal do projeto (30 dias), o número elevado de apenados participantes, a falta de efetivos (agentes penitenciários) suficientes para fazer a movimentação para o trabalho, para a escola e também para os projetos desenvolvidos no interior da unidade penal, a falta de oportunidade para trabalhar com os alunos participantes do projeto de oficinas de produção textual, necessário para o desenvolvimento da escrita.

Ressalta-se que a produção dos textos exige dos detentos a participação efetiva como sujeitos desse processo, pois se espera destes a ressignificação de sentidos e a construção do conhecimento. Vale ressaltar que todo o processo é acompanhado e supervisionado pela pedagoga da unidade<sup>5</sup> pesquisada.

---

<sup>4</sup> O professor de Língua Portuguesa designado para essa função atende aos presos no Projeto de Remição pela Leitura após participar e ser selecionado por meio de Edital promovido pela Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária (SESP) e pela Secretaria de Estado da Educação (SEED). Para participar do processo de seleção, o professor deve ter vínculo como QPM (Quadro Próprio do Magistério) ou QUP (Quadro Único de Professores). Salientamos que o professor não tem acesso aos delitos cometidos pelos detentos e seus códigos respectivos, devido à necessidade de salvaguardar a integridade e a privacidade dos presos contra possíveis preconceitos e julgamentos.

<sup>5</sup> O cargo de pedagogo ou pedagoga de unidade prisional iniciou-se no Estado do Paraná no ano de 2012 e tem a responsabilidade pedagógica dentro da penitenciária em relação a todos os cursos ofertados aos presos:

Freire (1983) afirma que cabe aos educadores, contribuir para a melhoria dos processos educativos que ocorrem no interior das unidades escolares da “sociedade dos cativos” (FREIRE, 1983). Este mesmo autor afirma que a educação não deve ser alienante, pois é um processo de transformação, construído pelo diálogo, na qual a educação seja uma prática da liberdade – como é também o caso da remição por leitura.

A esse respeito, Resende (1993) pondera que

[...] a leitura é importante para a formação de qualquer cidadão, ela ganha maior conotação quando se fala em resgate da cidadania de pessoas que estão privadas de liberdade, ou melhor, necessitam integrar-se, novamente, à sociedade (RESENDE, 1993, p. 164).

Esses sujeitos, por meio da participação do projeto, têm a oportunidade de adquirir uma melhora significativa de sua leitura, ampliando o conhecimento de si e do mundo, trazendo novas possibilidades de sentidos que desafiem suas verdades.

A seguir trataremos a respeito dos sujeitos que compõe esse projeto, apresentando algumas considerações a respeito da escolarização e aprendizagem, e um breve perfil dos apenados, contextualizando a pesquisa ao meio onde está foi desenvolvida.

## **2 OS SUJEITOS DO PROJETO EM CONTEXTO DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE**

Quem é esse sujeito que está em privação de liberdade e participa do Projeto da Remição da Pena por Estudo através da Leitura?

Segundo o Plano Estadual de Educação no Sistema Prisional do Paraná, considera-se

[...] o educando um sujeito sócio-histórico-cultural com diferentes experiências de vida, que se afastou da escola devido a fatores sociais, econômicos, políticos e/ou culturais, muitas vezes com ingresso prematuro no mundo do trabalho, evasão ou repetência escolar. Tal educando traz modelos internalizados durante suas vivências escolares ou por outras experiências de vida. Nesses modelos, predomina o de uma escola tradicional, onde o educador exerce o papel de detentor do conhecimento e o educando de receptor desse conhecimento. (PARANÁ, 2012, p. 19).

---

profissionalizante, escolar (desde alfabetização ao Ensino Médio) e, ainda, a todos os programas e projetos voltados ao desenvolvimento educativo do apenado. Ela responde as duas secretarias estaduais: Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária (SESP) e pela Secretaria de Estado da Educação (SEED).

Muitos desses sujeitos já são marginalizados por conta de sua condição social, o que se agrava ainda mais na escola, local que recusa, categoricamente, a variedade linguística que esses sujeitos dominam, tratando como um defeito a ser superado.

Magda Soares (1989) em seu livro *“Linguagem e escola: uma perspectiva social”* (1989) aborda essa questão já na década de 1980, mostrando as concepções ideológicas que permeavam e ainda permeiam a relação de ensino e aprendizagem nas escolas, usando, inclusive, a expressão “escola contra o povo” (SOARES, 1989, p.9) para explicitar que os alunos até entram na escola, mas não ficam. Como a escola ainda não está preparada para receber as camadas mais desfavorecidas da população. Muitos desses alunos não aprendem e, por isso, acabam abandonando os estudos. Uma parte desses alunos vai para o mercado de trabalho, ganhando baixos salários e outra parcela adentra o mundo do crime. Consequentemente, esses últimos podem vir a serem os alunos maiores de idade que constituirão os sujeitos que, na grande maioria, não concluíram a escolaridade.

Por meio da observação dos textos produzidos pelos alunos presos participantes do projeto, percebemos que, apesar de terem passado algum tempo na escola, este não foi suficiente para torná-los proficientes na leitura e na escrita em língua materna.

Soares (1989) aponta três explicações para o fracasso de alunos no contexto escolar que não encontram eco nas teorias educacionais, mas repetidas por professores e pela sociedade de modo geral, tentando mostrar o porquê de o aluno passar vários anos na escola e não aprender.

A primeira explicação orienta-se na ideologia do dom, que parte da perspectiva que todos os alunos têm as mesmas condições ao entrar na escola e, portanto, o ponto de chegada dependerá exclusivamente do sujeito, retirando da escola e da sociedade a responsabilidade pelo fracasso do aluno, representado pela reprovação ou pela evasão do aluno (SOARES, 1989, p.10).

A segunda é a ideologia da deficiência cultural, que parte da premissa de que as aptidões intelectuais estariam relacionadas à classe social a que o indivíduo pertence, ou seja, as classes desfavorecidas economicamente não teriam as condições necessárias para o sucesso escolar. Já as classes dominantes, oriundas de contextos letrados, seriam “mais aptas” (SOARES, 1989, p. 12) para a continuidade dos estudos de maneira satisfatória.

A última explicação refere-se à ideologia das diferenças culturais, segundo a qual somente a cultura dos grupos socialmente dominantes pode ser considerada válida, fazendo com que os alunos não se sintam pertencentes ao contexto escolar, o que propicia, também, a evasão (SOARES, 1989, p. 14).

Na época da pesquisa, a unidade penal pesquisada contava com 365 homens em privação de liberdade. Desses, 61 frequentavam a Fase I, 95 a Fase II e 11 o Ensino Médio. Muitos internos que ao serem presos eram iletrados, no entanto, chegam a completar o Ensino Médio. Há, também,

02 presos com curso superior, 05 com superior incompleto e 01 pós-graduado. Por esse motivo, não participam das atividades escolares. No estudo que se apresenta participam, em média, 95 participantes, entre concluintes do Ensino Médio, Superior e Ensino Fundamental incompleto.

Para traçarmos um breve perfil dos participantes, entrevistamos aleatoriamente 29 presos, ou seja, 36% do total. Desses, a maioria possui Ensino Médio completo. Alguns participantes do projeto, ao serem presos, cursavam o Ensino Superior ou Pós-Graduação.

A maioria é casada e o número de filhos dos pesquisados oscila entre 1 e 3. A religião católica foi apontada pela maioria, seguida da religião evangélica. Quanto à idade, temos participantes que estão entre 21 e 69 anos; porém, o maior número de participantes encontra-se entre 25 e 35 anos idade. É importante observar que nessa faixa de idade, os indivíduos estão em fase produtiva de suas vidas e, portanto, seria de maior interesse social que estivessem inseridos no mercado de trabalho e sendo produtivos para o bem social.

Ao serem indagados sobre suas ocupações antes da prisão, as profissões indicadas por eles foram: comerciante, professor, pedreiro, motorista, tatuador, metalúrgico, advogado, militar, representante comercial, técnico florestal, músico, autônomo, costureiro, marceneiro e pintor.

Em relação ao projeto, os sujeitos participantes declaram que<sup>6</sup>:

“O projeto para mim é muito importante e muito valioso, pois aumenta meus conhecimentos e ensina muitas coisas. Quando fora daqui poderei usar os conhecimentos adquiridos através da leitura sem falar na remição que me ajudou a chegar mais rápido com a minha família. Quando pego o livro no começo do mês não pego apenas mais um livro. Pego uma aventura e mais experiência para toda sua vida”. (A. M. M. – 25 anos)

“O projeto de remição da pena através da leitura não só nos ajuda aqui no sistema prisional como nos faz enxergar a vida por um ângulo diferente. Ele nos traz a esperança de volta, mostrando que alguém se importa conosco e isso muda desde o comportamento até ao modo de pensarmos. Quando escolho um livro eu não julgo pela capa mas sim história e o que ela pode me ensinar e quando escrevo sobre ele tento passar o que mais me marcou durante a leitura”. (J. B. S. – 69 anos)

“A cada rezenha são quatro dias mais próximos da minha família, além dos livros amenizarem a ansiedade e os pensamentos que as vezes me deprimem, lendo adquirei mais conhecimento, falo melhor e até ouço melhor. É um projeto fantástico e só tenho a agradecer aos seus idealizadores e responsáveis por tão importante feito para mim e para tantos como eu que encontram-se pagando por seus erros, o meu muito obrigado!” (N. F. I. – 27 anos)

---

<sup>6</sup> A escrita dos participantes do Projeto de Remição da Pena por Estudo através da Leitura foi transcrita da entrevista sem correções.

“Este projeto é muito importante na nossa vida carcerária, não só por estar recebendo a remição, mas nos aproxima da nossa liberdade e também de nossa família. Além disso eu descobri o tamanho da minha imaginação através desta leitura e a capacidade de interpretar um livro do começo ao fim. Professora continue com sua dedicação que eu tenho certeza que a senhora está contribuindo muito para nossa ressocialização interna e externa. O projeto é excelente, quem o criou e abraçou. Este projeto está de parabéns.” (E. V. – 44 anos)

“Com o projeto de Remição da Pena através da Leitura foi possível preencher uma lacuna criada na vida prisional, ao mesmo tempo recompondo o vazio da minha vida anterior, ou seja, a perda da liberdade. São aprendizados que serão uma extensão da minha vida, sua contribuição será infinita. Quando faço a escolha de um livro, apesar de não criar um critério definido, vai caracterizando-se uma certa padronização inerente ao seu caráter e da sua personalidade. O enriquecimento cultural é visível, digno de aplausos, eleva a autoestima e tonifica nosso aprendizado e restaura da inércia cotidiana.” (J. L. S. – 64 anos)

As declarações acima objetivam apresentar o pensamento daqueles que com responsabilidade resolveram participar de um projeto que muito além de ofertar remição, faculta a cada um a oportunidade de querer mais para si, de querer ser mais. Suas vozes ecoam em seus textos, pois entendem que esse é o início de um processo de transformação que deve ser construído passo a passo. Por meio dessas declarações, podemos perceber as palavras do educador Paulo Freire (1983), quando diz que a educação não deve ser alienante, pois é um processo de transformação, construído pelo diálogo, no qual a educação pode ser uma prática da liberdade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Levando-se em consideração os aspectos abordados, o trabalho de pesquisa com os presos que frequentam o Projeto e tendo em foco os procedimentos de Remição da Pena pela Leitura, observa-se que estes presos são oriundos das mais diversas esferas sociais, predominando a classe popular desfavorecida, urbana e rural, com pouco ou quase nenhum acesso ao conhecimento científico. Esses sujeitos estão totalmente inseridos nas relações sociais que englobam as suas vidas.

Assim, oferecer acesso à educação, a projetos educacionais ou profissionais, é dever da sociedade por intermédio de ações governamentais (políticas afirmativas), instituídas pelo Estado, e a remição é uma das formas de acesso à educação e à cultura.

O corpo educacional responsável pelo Projeto de Remição da Pena por Estudo Através da Leitura na unidade penal pesquisada considera indispensável à implementação de atividades referentes a este projeto, não apenas na unidade em questão, mas em todas as unidades penais.

Entretanto, há que se considerar a existência de alguns obstáculos que merecem reflexão e estudos, a fim de que sejam transpostos. Como exemplo, destaca-se a rotina que o sistema prisional determina, em relação às regras de segurança e sua correta observação, é o principal objetivo do ponto de vista da equipe da Divisão de Segurança da Unidade (DISED) e que a nenhum profissional que atua nas penitenciárias cabe a resistência a estas regras ou a interpelação da sua existência nesse ambiente.

Além disso, tem-se que considerar, também, que o espaço de tempo (30 dias) que se dá entre o início e o término do projeto é relativamente curto. Dificilmente, ou quase nunca se consegue trabalhar oficinas de produção textual, devido à movimentação (retirada) dos participantes para o projeto e também pelo grande número de presos atendidos no processo mensal. Pode parecer pouco (95 participantes), mas para o professor responsável por todas as etapas do projeto, desde a escolha do livro, até o arquivamento do Atestado e da Declaração da Remição, é realizado muito trabalho burocrático. A isso, acrescenta-se a falta de agentes penitenciários e a pouca interação desses a respeito das atividades escolares desenvolvidas.

Outro problema é que o próprio detento vê essa ou qualquer outra atividade educacional apenas como uma forma de remição da pena e não como forma de crescimento ou superação.

Apesar de todos os percalços, é possível constatar o crescimento e a evolução dos participantes que fazem parte do projeto desde o início. Por meio das leituras continuadas e das escritas consecutivas, eles conseguem transpor muitos obstáculos e certamente adquirem mais conhecimento e maior capacidade de reflexão sobre a vida.

Finalmente, destacamos que o trabalho com a leitura da literatura e escrita de textos no ambiente prisional é essencial e que, em alguns casos, constitui-se como única prática voltada ao contato intelectual, para uma grande parcela de detentos. Além disso, não deve ser considerado apenas como um pretexto para a remição, mas uma ferramenta importante para a humanização (CANDIDO, 1972), possibilitando que esse sujeito consiga se constituir como parte da sociedade ao sair do cárcere.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, *Ministério da Justiça*. DEPEN. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJD574E9CEITEMID364AC56ADE924046B46C6B9C447B586PTBRNN.htm>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. *CNJ divulga dados sobre nova população carcerária brasileira*, de 05/06/2014. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/61762-cnj-divulga-dados-sobre-nova-populacao-carceraria-brasileira>>. Acesso em: 26 de julho de 2015.

BRASIL. *Lei 17.329/2012, de 08 de outubro de 2012*. Publicado no Diário Oficial nº. 8814 de 8 de outubro de 2012. Disponível em: <http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=77830>. Acesso em: 06 maio 2015.

BRASIL. *Lei de execução Penal nº 7.210 de julho de 1984*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7210.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm)>. Acesso em: 20 mar. 2016.

BRASIL. *Lei de Execução Penal. Portaria 276/12*. Ministério da Justiça. Lei Federal nº 12.433, de 29 de junho de 2011. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112433.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112433.htm)>. Acesso em 06 maio 2015.

CANDIDO, Antonio. *A literatura e a formação do homem*. Ciência e Cultura: São Paulo, 1972.

CANDIDO, Antonio. O direito a literatura. In: *Vários Escritos*. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

CANDIDO, Antonio. *Vários escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

COSSON, Rildo. *Letramento literário: teoria e prática*. São Paulo: Contexto, 2012.

COSTA, Cristina. *Sociologia: introdução à ciência das sociedades*. São Paulo: Moderna, 1997.

COUTINHO, Afrânio. *Notas de teoria literária*. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

LLEDÓ, Emilio. La voz de la lectura. *Cuadernos de Literatura infantil y juvenil*, v. 63, p. 7-16, 1994.

LLOSA, Mario Vargas. Em defesa do romance. *Revista Piauí*, Rio de Janeiro, ano 4, n. 37, p. 64-69, out. 2009.

MIRABETE, Júlio Fabrini. *Execução penal: comentários à Lei nº 7.210, de 11.07.1984*. 9. ed. atual. São Paulo: Atlas. 2000.

PARANÁ. *Plano Estadual de Educação no Sistema Prisional do Paraná*. Projeto de Lei nº 365/12. Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Poder Legislativo. 2012.

PARANÁ. *Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania*. Conselho Penitenciário do Estado do Paraná. Conselheiro do Conselho Penitenciário do Estado Henrique Camargo Cardoso. Curitiba, 17 de julho de 2014. Disponível em: <[http://www.seguranca.pr.gov.br/arquivos/File/admin\\_penitenciaria/parecerleitura.pdf](http://www.seguranca.pr.gov.br/arquivos/File/admin_penitenciaria/parecerleitura.pdf)>. Acesso em: 29 jul. 2015.

PEREIRA, Ana Dilma de Almeida. *XXI Jornada de Estudos Linguísticos*, 2006.

RESENDE, Vania Maria. *Literatura Infanto-Juvenil*. Vivências de leitura e expressão criadora. Rio de Janeiro: Saraiva, 1993.

SOARES, Magda. *Linguagem e escola: uma perspectiva social*. 7. ed. São Paulo: Ática, 1989.